

EPÍLOGO E REVANCHE

Fotos Arquivo/DN



José Macedo, Lauro Lago e João Batista Galvão, os três revolucionários sendo encaminhados pela Polícia Militar à prisão no Rio de Janeiro

Fim da revolução dá início às perseguições

Na manhã de 27, quarta-feira, aos poucos a cidade se deu conta de que sua vida havia voltado à normalidade. Através de funcionários de escalões inferiores que continuavam em circulação, de cidadãos de fora do governo, mas a ele ligados, dos anfitriões do governador e do prefeito e dos militares mexicanos, o mundo oficial teve a certeza do abandono da capital pelas forças revoltosas. As forças policiais militar e civil ocuparam os pontos estratégicos, restabeleceram as comunicações telefônicas e telegráficas iniciaram a prisão dos que se renderam e a busca dos foragidos. Ao meio-dia, após a chegada das tropas da Polícia Militar da Paraíba e do 22º BC de João Pessoa, o governador Rafael Fernandes reassumiu formalmente o governo.

Enquanto o comando revoltoso em Natal desativava seu dispositivo, na mesma hora, no Rio de Janeiro, tinha início o levante do 3º Regimento de Infantaria na praia Vermelha, na Urca, sob comando do capitão Agildo Barata Ribeiro, tenentista e membro do Partido Comunista. Iniciado na madrugada do dia 27, foi prontamente reprimido, tendo o quartel se rendido após oferecer resistência e ser bombardeado, às catorze horas. Os líderes da revolta de Natal somente vieram tomar conhecimento desse levante na prisão.

Iniciou-se então uma fase de intensa repres-

são, à qual não faltaram os ingredientes da falsa denúncia de adversários inocentes e a tortura de presos. Aproveitando-se da ocasião, partidários do governo e autoridades policiais incriminaram, prenderam e indiciaram centenas de adversários, apenas pela condição de correligionários ou amigos de Café Filho e de Mário Câmara. Os presos civis de maior participação no levante como Lauro Lago, João Batista Galvão, José Macêdo, Epifânio Guilhermino e Sizenando Figueira, foram barbaramente espancados. O próprio chefe da polícia reconhece em seu livro: "houve sim interrogatórios ásperos, inflexíveis, como era natural; de pressões físicas, tive notícias, é verdade".

Para que se tenha uma idéia do denuncismo da época, nos processos do Rio Grande do Norte foram indiciados 1.039 cidadãos (695 de Natal e 344 do interior), dos quais apenas 154 (15%) foram condenados. Dos indiciados, três eram deputados da oposição, todos inocentados. Vinte e três oficiais da PM foram indiciados, a grande maioria apenas por ter servido ao governo Mário Câmara. Apenas cinco foram condenados (entre eles, Mário Cabral de Lima, Moisés da Costa Pereira e Oscar Mateus Rangel, que tiveram atuação destacada). O tenente Augusto Leopoldo da Câmara Sobrinho foi indiciado (e absolvido) apenas por ser primo-irmão

do ex-interventor. São exemplos de indiciados que não tiveram participação alguma os juízes João Maria Furtado e Fábio Máximo Pacheco Dantas (futuros desembargadores), o médico Ezequiel Fonseca, futuro deputado estadual e o usineiro Luís Lopes Varela, todos correligionários de Café Filho, todos absolvidos.

Juntamente com as prisões, a polícia iniciou as diligências para a apreensão do dinheiro retirado do Banco do Brasil, da Recebedoria de Rendas e de Coletorias do interior do estado. De um total de três mil e trezentos contos de réis, foram apreendidos com presos, com familiares dos revoltosos e em repartições públicas, novecentos e vinte dois contos de réis, o que corresponde a cerca de trinta por cento do que foi confiscado. A controvérsia que o destino da diferença de pelo menos dois mil contos de réis (uma fortuna na época), permanece setenta anos depois. Sabe-se que parte razoável dessa quantia não foi apreendida pois ficou com pessoas que nunca foram presas (ou porque evadiram-se ou nunca foram consideradas suspeitas). Outra parte ficou com familiares que escaparam da busca. A maior quantia, provavelmente, foi apropriada por agentes do poder público encarregados das diligências. Na época, pessoas que tiveram uma repentina elevação do padrão de vida ou do patrimônio pessoal, foram rotuladas como "achadores de dinheiro".

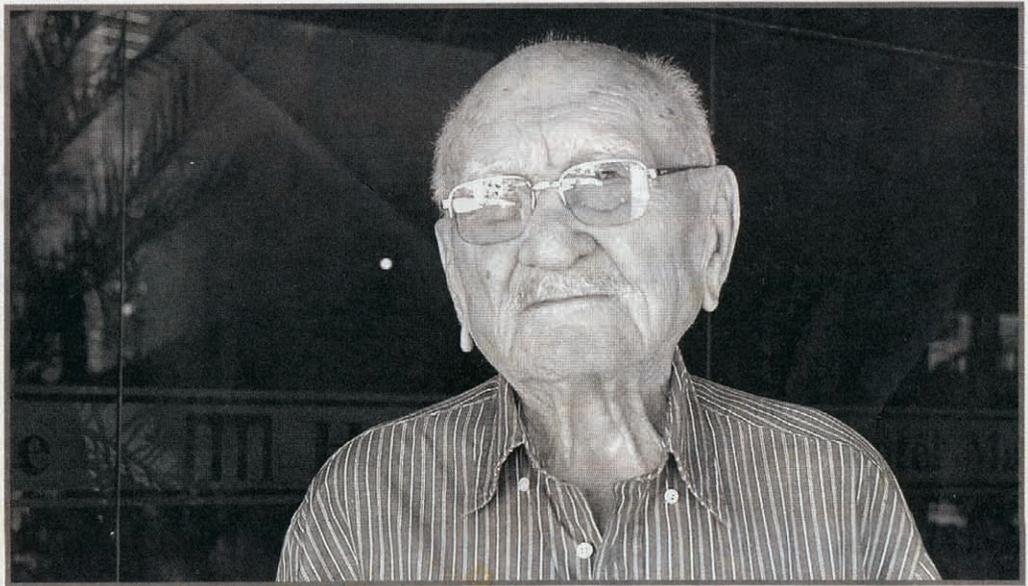
O Tribunal de Segurança Nacional, órgão de exceção criado pelo Estado Novo, somente começou a funcionar no final de 1937, sendo que a maioria dos principais envolvidos - que ainda se encontravam presos, foi julgada em 1938, quase três anos após. Vejamos o destino dos principais personagens da insurreição: Lauro Lago, José Macedo e João Batista Galvão passam a quarta-feira abrigados na residência de um correligionário em Caruaru, na expectativa de embarcar, com a ajuda de estivadores, nas barcas que faziam o transporte de sal de Barra de Cunhaú. No dia seguinte, foram presos pelo delegado local, com a ajuda da polícia paraibana, provavelmente denunciados por correligionários. Lago e Macedo, após alguns meses na Casa de Detenção, foram transferidos juntamente com dezenas de presos nordestinos para o presídio político da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde foram companheiros de Graciliano Ramos e personagens do livro Memórias do Cárcere. Galvão, estando doente e usando o prestígio familiar, conseguiu permanecer preso em Natal. Aproveitando-se de uma liberdade provisória de três dias, escondeu-se na fazenda de um primo na Paraíba, onde permaneceu escondido alguns meses, daí seguindo para o Amazonas onde ficou até a redemocratização e anistia, em 1945.

Quintino Clementino de Barros e Eliziel Diniz Henriques, de Baixa Verde seguiram para Pedra Preta



O ex-governador Dinarte Mariz, responsável pelo movimento no interior

Emanuel Amaral



Francisco Meneleu, responsável pela confecção do jornal "A Liberdade", editado durante os três dias do governo comunista no estado

onde foram presos poucos dias depois. Giocondo Dias dirigiu-se para o município de Lajes, onde permaneceu refugiado na fazenda de um amigo, Paulo Teixeira, durante cinco meses. Em abril de 1936, devido a uma desavença de caráter pessoal, foi esfaqueado por seu anfitrião, sendo preso e novamente internado no Hospital Miguel Couto e depois transferido para o presídio militar no Rio.

José Praxedes de Andrade e João Lopes, o Santa, tiveram uma trajetória digna de ficção. Às quatro horas da madrugada do dia 27, Praxedes caminhou solitariamente de Igapó até a localidade de Pajuçara, na época uma área de pequenos sítios, alguns de propriedade de sua família e recebeu abrigo de um primo. Durante seis meses, até maio de 1936, viveu em um barraco de madeira no meio de uma mata. Nessa época, veio a Natal um enviado do PCB que conseguiu localizá-lo e transmitir um endereço no Recife para contato. Com o dinheiro que tinha guardado, iniciou viagem a pé, durante a noite, até poucos quilômetros após Nova Cruz, onde tomou um trem clandestinamente até João Pessoa e daí de ônibus para Recife e depois Salvador. Na Bahia adquiriu nova identidade, com a qual viveu quarenta e nove anos incógnito, até 1984, quando foi descoberto pelo jornalista paulista Moacyr de Oliveira Filho. Em novembro de 1984 grava longa entrevista que Oliveira transformaria em livro. Sofrendo de grave enfermidade crônica, vem a falecer em 11 de dezembro de 1984.

Santa viajou de automóvel por estradas secundárias até chegar ao território paraibano e, a partir daí, a pé até Pernambuco, durante doze dias. Em Recife faz contato com o partido e chega ao Rio de Janeiro. Com a prisão de Prestes e de Miranda em 1936, a polícia carioca apreende seu detalhado relatório sobre a insurreição de Natal, que é anexado ao inquérito. Da mesma forma que em Natal, onde apenas Praxedes conhecia sua identidade, o que tornou impossível uma delação, no inquérito do Rio não foi possível identificá-lo. Inexplicavelmente, mesmo depois da anistia e da legalização do PCB, a identidade de Santa continuou desconhecida de historiadores e jornalistas até 1984. Sem identificação, uma das mais importantes figuras do levante sequer foi indiciada. Os outros chefes, foram.

Epifânio Guilhermino com a soma das penas, que incluiu o assassinato de Otacílio Werneck, foi condenado a trinta e três anos de prisão, sendo a maior pena entre todos os envolvidos. Lago, Macedo, Galvão, Quintino e Eliziel foram condenados a dez anos. Giocondo e Praxedes, a oito anos. Raimundo Reginaldo, a 3 anos.

Todos, com exceção de Galvão e Praxedes cumpriram suas penas e foram libertados com a anistia política em 1945.